

Desigualdades e representações sociais

António Teixeira Fernandes

O tema das desigualdades e representações sociais é susceptível de diversas análises. O conceito de desigualdade pode inscrever-se no registo da diferenciação social, tendo então a ver com uma teoria das classes sociais. Ou pode inscrever-se no registo de uma apropriação diferenciada da riqueza e dos enijos de vida, em relação directa com as actuais sociedades da exclusão social. Num e noutro caso, os conceitos, de uma ou de outra forma, não deixam de se reportar ao sistema social e à sua estruturação nas sociedades hodiernas.

Na primeira acepção, falar de desigualdades e representações sociais, será considerar como as pessoas organizam a sua existência, formando modos e estilos de vida e, ao mesmo tempo, criam universos de representação adequados. As correntes de pensamento social traduzem modalidades de organização da existência. O homem é um ser que habita e que constrói, em representações sociais, o sentido da habitação, sentido que é diferenciado, segundo as camadas sociais em causa. A partir das realidades sociais assim formadas, se pode desenvolver uma sociologia do conhecimento.

Na segunda acepção, o conceito de desigualdades e de representações sociais orienta a análise para o conhecimento da privação relativa e dos diversos modos de vida e das representações sociais que lhes estão associados. É sobre esta questão que incide a presente abordagem.

Um bom procedimento para o estudo de um concreto problema consiste em situá-lo e em decompô-lo.

Vamos começar por situá-lo. Por que razão constituem as desigualdades sociais problema nas sociedades de hoje, não havendo no passado sociedade alguma que não estivesse constituída na desigualdade? A razão parece ser

muito simples. E porque as sociedades contemporâneas, sendo democráticas, têm como objectivos fundamentais a liberdade e a igualdade. O espírito democrático, que quer enformar a vida actual, não parece consentir limitações à liberdade nem obstáculos à igualdade. Nas sociedades tradicionais, 70% a 80% das pessoas viviam numa relativa pobreza e muitos conheciam mesmo a miséria. Quando a maioria da população se encontrava imersa na pobreza, a vida não oferecia alternativas, suportava-se passivamente como se de um destino se tratasse. A desigualdade actualmente tende, ao contrário, a ser sentida como uma grave e profunda injustiça. Não é mais consentida como destino, é vivida como humilhação.

Quando o cidadão ocidental, orgulhoso da sua democracia e entregue à sedução e à fruição da cidadania que ela comporta, percorrendo as avenidas e as ruas das suas belas cidades, encontra pelos cantos restos de gente entregue à sua sorte e descobre que o seu número se torna ameaça para o seu conforto e contradição para o que se consideram ser as grandes aquisições da civilização, certamente não poderá ficar tranquilo, nem deixar de se questionar.

No que concerne ao sistema social, há dois tipos de desigualdades que importa distinguir. Uma primeira modalidade é própria das sociedades tradicionais e que persiste ainda hoje em muitos meios sociais, talvez mais nos meios rurais, embora não só. Cada um vivia segundo a sua condição numa situação em que o sentimento de injustiça nem sequer tinha muito espaço para se afirmar e actuar. Quem detinha a riqueza possuía também o sentimento de que a merecia. A tese weberiana da ética protestante e do espírito do capitalismo é bem elucidativa a este respeito. As representações sociais da época davam sentido ao que a exploração económica produzia na estrutura social. Nem mesmo a cidadania real contrastava, a partir dos finais do século XVII, com os proclamados direitos do homem, porque aquilo de que se tratava, em tal proclamação, era de uma igualdade formal, que o pensamento marxiano se esforça por desconstruir.

O mundo das representações sociais - desde logo, sob a influência do Cristianismo - dá coerência ao que era incoerente na estrutura social. A incoerência do real torna-se formalmente coerente nos universos simbólicos que os materiais sistemas sociais produzem. Esses universos simbólicos procuram conferir, por vezes, lógica ao que, na realidade, a não tem. O induismo vai bastante mais longe, vai ao ponto de construir uma teoria da reencarnação para reconciliar e consagrar a contrastada desigualdade social.

Mas há um segundo tipo de desigualdades sociais. O sistema constituído pelas sociedades contemporâneas envolve termos contraditórios. Se as pessoas

são formalmente livres - gozando dos mesmos direitos civis -, não possuem as mesmas condições de existência. Aí radica o aparecimento das classes sociais no século passado, desde o momento em que se opõem capital e trabalho, e este é constituído por um operariado massa. A contradição entre liberdade e igualdade - contradição presente em todas as épocas - atravessa particularmente as sociedades actuais e condiciona o espaço da cidadania. E atravessa particularmente as sociedades actuais, porque estas querem ser sociedades democráticas, para quem a igualdade é um dos seus principais objectivos.

O Estado vem-se retirando de vários sectores da vida social, que antes lhe incumbia proteger, deixando o espaço aberto a um individualismo que destrói a acção colectiva e permite o desenvolvimento do sofrimento em diversos segmentos da população. A mundialização aparece então como um mito justificador da estrutura do campo mundial - económico e político - que actualmente exerce influência sobre a acção dos Estados e os desresponsabiliza da acção social, fazendo com que a ruptura dos ligames sociais acabe por se inscrever igualmente numa determinada actuação política.

A desigualdade, neste contexto, não é um mero efeito perverso. É o próprio funcionamento das sociedades que lança na pobreza e na exclusão social vastos segmentos da população. O sistema produtivo, dado o progresso tecnológico em curso e a formação de um mercado altamente competitivo, por acção desde logo da mundialização da economia, perde a capacidade de oferecer a todos ou, ao menos, ao maior número, um trabalho estável. A globalização e o progresso tecnológico, se favorecem o crescimento da riqueza, promovem também uma dinâmica profundamente desigualitária, com particular incidência nas condições de vida dos indivíduos e nas suas estratégias. Beneficiam deles sobretudo os que possuem capitais de toda a ordem. Entre estes capitais, não se conta unicamente a formação profissional, embora esta seja fundamental. Outros capitais, como o cultural e o social, tornam-se indispensáveis.

Nesta nova situação, as desigualdades parecem mudar de natureza. Enquanto as desigualdades de outrora se mantêm presentes de forma estrutural, a precaridade perante o trabalho, a insegurança face ao futuro e a fragilização das relações sociais alargam o espaço das novas desigualdades. A precaridade e a insegurança afectam de modo diverso as pessoas, dando origem a extremados e contrastados modos de vida.

Sem diminuírem, na verdade, as desigualdades tradicionais surgem e crescem novas desigualdades. Se as primeiras se geram entre categorias sociais, estas outras são intracategoriais. Perdida a homogeneidade dentro de

cada categoria, produzem-se no interior delas desigualdades económicas e identitárias. Pode aventar-se assim a hipótese da existência das mesmas formações académicas e profissionais, ou formações equivalentes, com trajectórias de vida dessemelhantes. Se uns conhecem o sucesso, outros sabem apenas o que é o fracasso.

Estas novas desigualdades dão origem a um especial sentimento de exclusão social. O seu advento, em resultado das inovações tecnológicas e do progresso económico, em simultâneo com um mercado competitivo bastante selectivo e agressivo, imprimem uma outra configuração aos problemas sociais. Trata-se de desigualdades que desagregam o tecido social e alteram a relação entre os indivíduos. As desigualdades tradicionais não desagregavam a sociedade nem as relações sociais, porque eram grandemente consentidas. As desigualdades actuais traduzem-se em forma de desintegração social. A desafiliação dos ligames sociais básicos conduz quase sempre a uma rejeição social e espacial. Não se está face a um fenómeno que se transformou somente de forma quantitativa, trata-se de uma mudança verdadeiramente qualitativa.

A diferenciação das velhas e das novas desigualdades manifesta-se claramente quando se adopta uma perspectiva histórica de análise. Em textos escritos em 1835 e 1837, Alexis de Tocqueville vê o panorama da Europa da seguinte forma: "Quando se percorrem as diversas regiões da Europa, é-se surpreendido por um espectáculo extraordinário e, na aparência, inexplicável. Os países que parecem ser mais miseráveis são aqueles que, na realidade, contam menos indigentes e nos povos que admirais a opulência, uma parte da população é obrigada, para viver, a recorrer às dádivas dos outros". Portugal é referido como pertencendo ao primeiro grupo de países. Grande parte vive "a expensas da caridade pública". Comparando as regiões de um mesmo país, chega-se à mesma conclusão. Em seu entender, "a igualdade não se encontra a não ser nos dois extremos da civilização. Os selvagens são iguais entre si porque eles são todos igualmente fracos e ignorantes. Os homens muito civilizados podem tornar-se todos iguais, porque têm todos à sua disposição meios análogos para atingir o bem estar e a felicidade. Entre estes dois extremos, encontram-se a desigualdade das condições, a riqueza, as luzes, o poder de uns, a pobreza, a ignorância e a fraqueza de todos os outros". E a perspectiva que traça para o futuro é a seguinte: "À medida que o movimento actual da civilização continuar, ver-se-ão crescer a fruição de todas as coisas em maior número; a sociedade tornar-se-á mais aperfeiçoada, mais sábia; a existência será mais cómoda, mais embelezada, mais longa; mas, ao mesmo tempo, poder-se-á prever o número daqueles que terão necessidade de recorrer aos seus semelhantes para recolher uma fraca parte de todos esses bens, e o

número destes aumentará sem cessar"¹. A tese por ele desenvolvida é a de que quanto mais os países avançam na senda da civilização, mais cresce o estendal da miséria. A marcha progressiva da civilização moderna aumenta, gradualmente e de forma bastante rápida, o número dos que são obrigados a recorrer à "caridade legal". A pobreza e a exclusão social não são fenómenos naturais, mas efeitos de civilização ou sobretudo de pseudo-civilização. A situação actual dos Estados Unidos e dos países do centro da Europa patenteia uma boa exemplificação de tal previsão.

As sociedades caminham, segundo esta leitura, não para um equilíbrio na igualização dos ensejos de vida, mas para diferenciações acentuadas, resultantes da apropriação por parte de alguns dos capitais que permitem a distinção. Estas situações tão diferenciadas produzem sentimentos de identidade diversos, a que correspondem representações sociais diferentes.

As desigualdades traduzem-se, desde então, em termos de pobreza e de exclusão social, duas realidades que não são coincidentes e que, por isso, convém distinguir e clarificar.

Se se atende ao rigoroso conteúdo do conceito, pobre não é o que se encontra em estado de privação por falta de recursos de toda a ordem. Os bens económicos são sempre, por definição, mais ou menos escassos. Pobre é o que, debatendo-se com a privação de recursos, vive na dependência. A dependência apresenta níveis diversos e implica tempos diferentes. Pode viver-se na permanente ou na transitória dependência, assim como se pode viver com graus diversos de dependência. Cálculos que são feitos por alguns tidos como especialistas nesta matéria e que apontam para uma superação da pobreza através da simples transferência para os pobres de uma percentagem - aliás não muito elevada - da riqueza dos que possuem, não é mais do que uma ilusão, uma utopia que, à força de ser afirmada, se torna verdadeira ideologia. O pobre caracteriza-se pela dependência, e desta não se liberta através da mera distribuição de recursos. E o que é válido acerca dos indivíduos não o é menos a respeito das nações. Quem afirma que basta proceder à transferência da riqueza, corre o risco de não fazer mais do que produzir ideologia, julgando que está a fazer análise.

Diferente da pobreza é a exclusão social. A pobreza traduz-se em exclusão sempre que a sociedade gera situações graves de desintegração social. É esta desintegração que caracteriza a pobreza e a exclusão de hoje, dado que as situações de pobreza tendem a configurar-se sob a forma de exclusão.

¹ Alexis de Tocqueville, *Sur le Paupérisme*, Paris, Éditions Allia, 1999, pp. 7, 8, 14, 25 e 38.

A falta de inserção social, nas sociedades actuais, é cada vez mais, o resultado da interconexão de uma tríplice crise: crise do emprego, crise da relação social e crise do sentido. A existência de cada indivíduo constitui um todo em que estes elementos tendem a coexistir ou a dissociar-se, dando origem ou à integração ou à ruptura, isto, ao bem estar ou à pobreza e à exclusão social.

A exclusão do mundo do trabalho reduz o campo das relações sociais, fragilizando as redes de sociabilidade que permitem a inserção social. Uma parte da sociedade tem acesso ao trabalho, está inserida numa rede mais ou menos alargada de relações sociais e encontra uma representação de si mesma que lhe confere uma forte identidade positiva. Na perspectiva de Max Weber, os dominantes necessitam sempre de uma "teodiceia da boa fortuna", ou talvez de uma sociodiceia justificadora do seu privilégio². Os que se encontram integrados na sociedade criam assim, ao mesmo tempo, uma representação de si mesmos e uma representação dos que vivem em situação de grave desigualdade. Tais representações sociais não só dão satisfação aos que se encontram integrados socialmente como ajudam a criar e a reforçar as representações sociais dos que possuem uma identidade negativa.

Existe, em contrapartida, uma outra parte da sociedade - constituída pela pobreza e pela exclusão - que se vê sujeita a uma espiral de fragilização, excluída como está do emprego, de um indispensável e intenso ligame social e de sentido, isto é, de representações de si e do mundo que permitam uma existência com dignidade. Onde são grandes as desigualdades e existe a exclusão, tende a produzir-se uma identidade negativa como representação de si e do mundo. E esta identidade negativa faz desenvolver estratégias ora de consolidação da situação, ora da sua superação. Tais representações exprimem-se em modos diferenciados de vida.

Com o encurtamento do espaço de relações sociais, diminui, na verdade, o sentido, e onde se perde o sentido enfraquece-se a relação do homem com o seu meio ambiente. O estado de dependência em que caem largas camadas da população, por efeito da exclusão social, priva-as de sentido para a existência, dando origem a uma identidade negativa. Forma-se assim um círculo homeostático em que se encerram os pobres.

A cada uma destas situações correspondem representações sociais adequadas. As representações sociais são construídas para que se possa viver no meio social em que se está inserido. Os universos de pensamento tendem a

² Max Weber, *Essais de Sociologie des Religions*, I, Paris, Editions à Die, dans la Drôme, 1992, pp. 28 e 29.

ser ajustados aos modos de vida e estes àqueles. São sociais, porque são produzidos por um conjunto de indivíduos que se relacionam entre si e que deles se servem para ler, interpretar e legitimar certas situações. Estão, conseqüentemente, sempre presentes na vida social numa relação de circularidade.

As representações da desigualdade são, além disso, construções sociais que se exprimem normalmente em termos de auto e de hetero-representação. Tanto uma como outra tendem a reforçar a realidade. A imagem que os meios de comunicação social criam, por vezes, dos bairros, desqualificado-os, pode ser assumida ou recusada pelas populações que neles residem. A hetero-representação é susceptível de contribuir para a manutenção, o reforço ou a recusa da auto-representação.

Duas alternativas se abrem para a resolução dos estados de desigualdade, nas diversas formas em que ela se configura: a tendência para a vitimização e a crescente afirmação da cidadania. A representação social desempenha, além disso, com frequência, duas importantes funções: de conhecimento da realidade e da sua justificação.

A vitimização corresponde a uma representação que procura responder a uma forma de desigualdade em que a responsabilidade da situação é imputada a outrem. É-se vítima de alguma coisa, que é suposto ser provocada por terceiros. A culpa será do Estado, dos ricos, ou de uma quantidade de outros factores facilmente designáveis.

É uma representação justificadora da situação e amortecedora dos dinamismos susceptíveis de produzir a sua superação. A vitimização mantém os estados de passividade, criando, em alguns meios sociais, um sentimento vivo de auto-exclusão. Quem está colocado em estado de precaridade social, para ver resolvidos os seus problemas, procede, com frequência, à sua vitimização. A tendência que se tem verificado vai neste sentido, em correspondência com a lógica de um Estado-providência passivo.

Encontram-se nesta situação nomeadamente aqueles indivíduos ou famílias que, destituídos de todos os recursos, subsistem devido à caridade pública ou privada. Situam-se também aqui os que não conseguem atingir a não ser o limiar da sobrevivência e são igualmente incapazes de desenvolver estratégias positivas no sentido de se libertarem do estado em que caíram. Estes habituaram-se à desqualificação social e sobrevivem nela.

Nem todas as situações de desigualdade e porventura de exclusão produzem representações deste tipo. Há situações de desigualdade que não dão origem a uma identidade negativa nem a uma vitimização. Isso ocorre sempre que, de uma ou de outra forma, são desenvolvidas estratégias de mobilização de recursos, com investimento no futuro. Diversas são as

estratégias usadas para se fugir à marginalização, estratégias de resistência ao estigma. Em alguns casos, trata-se simplesmente de valorizar a identidade colectiva que outros desvalorizam. Noutros casos, desenvolvem-se concretas estratégias individuais ou de grupo de mobilização social, que conduzem ao evitamento ou à deslocação do descrédito. Trata-se de estratégias de distinção social que apostam em universos de representação capazes ou de dar sentido à situação ou, sobretudo, de contrariar as avaliações feitas pela sociedade, através de dinamismos conducentes à sua libertação.

Nas situações acabadas de referir, as representações sociais adequam-se às condições da existência, de forma negativa ou positiva, isto é, como procedimentos de manutenção ou de superação de certos estados. Mas há igualmente situações em que existe um desajustamento entre situação de desigualdade e representações. A pobreza envergonhada pode servir de exemplificação. Esta forma de pobreza atinge, de modo habitual embora não só, segmentos da população antes favorecidos, burguesias ou antigas nobrezas. Neste caso, continua-se a contribuir monetariamente para obras de beneficência, com alguma exposição pública, para que se mantenha parte do seu prestígio social, e, ao mesmo tempo, recebem-se subsídios indispensáveis à sobrevivência. Partilham-se as representações sociais do mundo da abundância e da integração, mas está-se lançado em estados de privação relativa. Experimenta-se profundamente o sentimento da desigualdade, mas não se sente a exclusão. Partilham-se as situações da desigualdade dos que não estão inseridos - como eles próprios não estão inseridos — mas não se participa do seu universo de representações. Está-se assim dividido pelo desajustamento entre realidade material da existência e universo simbólico que em princípio lhe deve ser adequado. Pode situar-se igualmente aqui a "pessoa deslocada", no sentido que lhe é dado por Thomas Herbert e Niklas Luhmann.

Se o mundo da pobreza e da desigualdade não é um mundo homogéneo, não serão homogéneas também as suas representações. Nem sempre, sequer, as representações sociais são adequadas às situações a que correspondem. A desadequação pode ser operada por vários mecanismos. Um deles é constituído pelos processos de racionalização. A racionalização de situações concretas apresenta-se como uma forma de lhes dar um sentido positivo. Populações de bairros estigmatizados podem reagir deste modo.

Mas as representações sociais podem também conservar-se independentemente da base material que as produz. Mantém-se, por vezes, a inércia das representações, como se nada tivesse mudado ou como se as coisas não fossem como outros dizem que são. Adquirem assim uma autonomia, não obstante o seu suporte ter desaparecido. Tais representações perpetuam-se sob a forma de

esteriótipos. Bairros reabilitados e requalificados podem manter tais esteriótipos.

Há ainda os casos em que as pessoas procuram compatibilizar situações que originam representações negativas com estados que não são de privação relativa, por isso, de desigualdade, mediante a simples alteração das referências identitárias. Uma pessoa que vive num bairro fortemente desprestigiado, ou sobretudo estigmatizado, que não desiste de aí viver, e que tem um emprego estável ou que busca um emprego, quando lhe perguntam onde habita, é tentada a indicar, para assegurar ou obter trabalho, uma zona da cidade muito próxima e que está isenta de qualquer estigma.

Situações há, finalmente, em que os actores sociais resolvem a desadequação entre a realidade e a sua representação deslocando-se para um espaço relativamente qualificado. Opera-se a inserção em outro sistema social para se partilharem as suas representações

A vitimização não pode decididamente ser a via que deva ser aceite para a solução dos problemas com que se confrontam as sociedades de hoje. Não se pode proceder a uma vitimização sistemática, de modo a obter-se um rendimento mínimo de existência. Se os recursos que o homem recebe para poder existir o deixam à margem da sociedade não se realiza nele a cidadania. A troca de uma ajuda que se afigere, hipoteca-se a dignidade. A cidadania é incompatível com qualquer forma de dependência.

Segundo Alexis de Tocqueville, acima citado, "é a parte mais generosa, a mais activa, a mais industriosa da nação, que consagra os seus recursos para fornecer o sustento àqueles que não fazem nada ou fazem um mau uso do seu trabalho". Dado que "o homem, como todos os seres organizados, tem uma paixão natural para a ociosidade", então "toda a medida que funda a caridade legal sobre uma base permanente e que lhe dá uma forma administrativa cria assim uma classe ociosa e preguiçosa, vivendo a expensas da classe industrial e trabalhadora". Pretendendo contrariar tal tendência, sustenta que "não há nada que, em geral, eleve e sustente mais alto o espírito humano do que a ideia dos direitos"³. E a busca destes direitos é normalmente fomentada por dois motivos, a necessidade de viver e o desejo de melhorar as condições da existência. A análise de Alexis de Tocqueville inscreve-se no que Proudhon chama "democracia industrial". Se se apela à ideia dos direitos é porque se verifica que a caridade legal serve apenas para manter a ociosidade, mais ainda, uma "ociosidade degradada", que destrói a liberdade e a moralidade dos que por ela são atingidos.

3 Alexis de Tocqueville, *Sur le Paupérisme*, pp. 31, 35, 36, 39, 40, 41 e 51.

Quando os excluídos mergulham num universo de fragilidades, as políticas sociais têm de possuir a capacidade de abrir horizontes de futuro, conferindo graus suficientes de confiança à vida das pessoas. Neste caso, as representações sociais tendencialmente voltadas para a reprodução social necessitam de ser alteradas de modo a favorecer a produção social.

E são representações sociais voltadas para a produção social as que têm a ver com um Estado-providência activo que, mais do que manter na passividade algumas camadas sociais, diversifica os mercados de trabalho - mercado competitivo e mercado do trabalho social -, de modo a assegurar a vivência da cidadania para todos com dignidade, enquanto cidadania inclusiva.

A presente análise poderia incidir sobre realidades específicas, onde parecem ser maiores a precaridade ou a fragilização. Existem, por exemplo, desigualdades de género com as suas representações próprias. Condutas e representações estão em acelerada mudança, em contextos diferenciados de vivência da relação entre sexos. Outras situações poderiam ser referidas de desigualdades, como as que têm a ver com a cor, a religião, a etnia, a idade, os diversos tipos de handicaps e os espaços urbanos.

Mas há ainda desigualdades regionais no interior de cada país e desigualdades a nível internacional. A globalização tem vindo a ser culpabilizada pelo aprofundamento das desigualdades no interior e entre países, e pelas formas de exclusão social que aí se geram. A ideologia neo-liberal tem na sua base um neo-darwinismo social, segundo o qual devem vencer os melhores, os mais capazes, isto é, os mais fortes. Ao criar riqueza, promove e espalha a pobreza. A globalização, para além das diferenciações internas, torna assim evidentes as disparidades entre as nações. Ao lado das representações e das culturas hegemónicas do centro, tendem a surgir, em consequência disso, "culturas do não" em alguns pontos do globo, como tentativas de criar culturas anti-hegemónicas com a intenção de serem hegemónicas contra a hegemonia.

A referência a tais abordagens não pretende fazer mais do que permitir alguma abertura a outras perspectivas, oferecendo um cenário diversificado do que Anthony Giddens considera como sendo um "mundo desvairado", afirmação que muitos têm como pertinente para descrever a situação actual.

No mundo contemporâneo, em que todos tendem a considerar-se iguais, nem todos desenvolvem o mesmo esforço para conseguir a igualdade. O Estado social tem mantido uma relativa coesão social na base de uma certa passividade dos assistidos. A coesão que se funda na cidadania para todos apela, ao contrário, a uma solidariedade activa, baseada na crescente autonomia das pessoas.

As sociedades actuais estão divididas entre a compaixão pela miséria e a sensibilidade em relação às desigualdades, e a defesa de interesses económicos onde se exprimem egoísmos de pessoas e de grupos. Este é também um eixo da dicotomização das representações. Grande parte das desigualdades hoje existentes traduzem um défice de cidadania, e esta manifesta a ausência da prática democrática que se inspire num espírito de solidariedade e que ultrapasse aquela divisão.

Mas se as sociedades, pelo seu próprio funcionamento, produzem desigualdades, elaboram igualmente ideologias laudatórias da diferença, ao mesmo tempo que procuram exorcizar as desigualdades. Servem, não raro, este objectivo, alguns conceitos, como o de solidariedade.

A solidariedade pode ser um conceito analítico útil na abordagem da realidade. Pode, contudo, também inscrever-se numa matriz ideológica. Em tal acepção, aparece vulgarmente no discurso político. Nessa altura, produz uma representação social por via política e tal representação acaba por desempenhar uma função de desresponsabilização social por parte dos poderes públicos.

Situações existem em que o conceito pode significar o seu contrário, sobretudo quando é usado por formações económicas. São desta natureza as generosidades de todos os Bill Gates existentes neste já tão pequeno planeta em vias de ser devorado pelo imperialismo neo-liberal. No discurso político, tende a traduzir a transferência para a sociedade da total responsabilidade em questões sociais.

A solidariedade é um conceito ambíguo. Usando a linguagem weberiana, poderá dizer-se que se trata de um conceito amorfo. Serve, por isso, objectivos ideológicos e políticos, além de finalidades analíticas.

Há uma pluralidade de representações, de acordo com os concretos sistemas de relações sociais. As representações constituem universos de sentido que definem o mundo existencial das pessoas. São a "gramática do quotidiano" no dizer de Sainsaulieu. Os limites do mundo são os limites da cultura de cada indivíduo, de cada grupo, de cada classe social e de cada povo. Limites da cultura são os limites das representações sociais. As pessoas têm dificuldade de viver e de pensar para além desses limites.

As representações sociais, enquanto tais, são formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas, que possuem uma visão prática e concorrente da vida colectiva, necessária à construção de uma realidade comum para um conjunto de pessoas. Enquanto sistemas de interpretação que regem a relação social, organizam e orientam as condutas e as comunicações sociais.

Sendo expressões de saber partilhado, são contudo formas de

conhecimento conotativo, e não simplesmente denotativo, que possibilitam o juízo e a qualificação de realidades, atribuindo-lhes propriedades positivas ou negativas.

As representações sociais dão conta da experiência prática dos actores sociais, dependendo da sua posição social e da sua relação com a realidade. Como produções ideológicas associadas a uma prática, são actividades de conhecimento-desconhecimento, de desocultação-ocultação, como todas as modalidades de ideologia.

As representações dão, deste modo, conta do trabalho que a sociedade efectua sobre as significações que são necessárias ao seu funcionamento. Há uma produção social das representações, de acordo com o sistema social existente. Na base desta produção, estão o lugar sócio-económico dos actores, a sua prática, a instância ideológica que organiza as significações das relações sociais e a memória colectiva própria de cada grupo ou de cada classe social.